

# A NOÇÃO DE SITUAÇÃO COLONIAL

**Georges Balandier**

Tradução de **Nicolás Nyimi Campanário**

Revisão de **Paula Montero**

O problema colonial<sup>1</sup>, sejam quais forem as aparências, continua se impondo à nossa atenção como uma das questões mais importantes sobre a qual os especialistas das ciências sociais têm que se pronunciar. O crescimento de novos nacionalismos e as reações induzidas pela descolonização proporcionam a este problema uma acuidade e uma atualidade que não toleram a indiferença.

As pesquisas antropológicas consagradas aos fenômenos de mudança social pouco trataram da situação colonial enquanto uma conjuntura particular, que impõe uma certa orientação aos agentes e processos de transformação. Elas consideraram esses processos separadamente – por exemplo, sob a forma da intervenção da economia monetária e do assalariado, da difusão do ensino moderno, da ação da evangelização, etc.; mas elas não os consideraram como constituindo um todo e como preparadores da edificação de uma sociedade autônoma e nova. Estes trabalhos, em sua maioria, foram organizados segundo duas orientações: ou eles tendem a abordar problemas teóricos que concernem a própria natureza da realidade cultural, sua receptividade às influências culturais estrangeiras, suas vicissitudes; ou visam resultados “práticos”, obtidos através de pesquisas de pequena abrangência,

contentando-se freqüentemente com um empirismo cômodo.

Qualquer estudo *concreto* das sociedades afetadas pela colonização que procure uma apreensão completa só pode realizar-se, no entanto, através da referência a este complexo qualificado de situação colonial. Ao aprofundar a análise desta última, ao determinar as suas características de acordo com o local da pesquisa, ao examinar os movimentos que tendem à sua negação, se torna possível interpretar e classificar os fenômenos observados. Esse reconhecimento da situação que resulta das relações entre “sociedade colonial” e “sociedade colonizada” requer do sociólogo um contínuo esforço crítico, colocando-o em guarda contra os riscos de uma observação excessivamente unilateral. O exame dos problemas da atualidade não deixa de ser afetado pelas “reservas” do observador ou pela sua própria atitude em relação a eles; o que também acontece com relação aos novos Estados, confrontados com a tarefa da descolonização. Tais observações explicam a importância que atribuímos, logo de início, à teoria da situação colonial. Entre os primeiros trabalhos realizados na França, somente os de O. Mannoni deram atenção suficiente a esta noção<sup>2</sup>, mas eles permanecem essencialmente num plano psicológico e psicanalítico. Este autor admite aliás, que reteve propositadamente um aspecto até então pouco percebido. Quanto à nós,

---

<sup>1</sup> Este é o primeiro capítulo do livro de Georges Balandier, *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire. Dynamique Sociale en Afrique Centrale*, Paris, PUF, 1963, 2a. ed.. A primeira edição é de 1955.

---

<sup>2</sup> O. Mannoni, *Psychologie de la Colonisation*, Paris, 1950.

tomaremos, ao contrário, o partido da totalidade, acreditando que há algum falseamento da realidade no fato de reter unicamente uma das implicações da situação colonial.

## I- Algumas abordagens.

É possível apreender a situação criada pela expansão colonial das nações européias ao longo do século passado, a partir de diversos pontos de vista. São muitas abordagens particulares efetuadas pelo historiador da colonização, pelo economista, pelo político e pelo administrador, pelo sociólogo preocupado com as relações entre civilizações e pelo psicólogo ligado ao estudo das relações raciais, etc. Parece-nos indispensável, para arriscar uma descrição de conjunto, examinar o que pode ser retido de cada uma dessas contribuições particulares.

O historiador tem em vista a colonização nas suas diferentes épocas e, geralmente, em função da metrópole. Ele permite apreender as modificações ocorridas nas relações existentes entre esta última e os territórios dependentes, e mostra como o isolamento dos povos colonizados foi quebrado pelo funcionamento de uma história sobre a qual eles não tinham nenhum poder. Evoca as ideologias que nos diversos momentos justificaram a colonização e o descompasso que ocorre entre a doutrina e os fatos. Descreve os sistemas administrativos e econômicos que asseguraram a "paz colonial" e que proporcionaram a rentabilidade do empreendimento colonial para a metrópole. Em resumo, o historiador nos faz compreender como a nação colonial se inseriu, ao longo do tempo, no seio das sociedades colonizadas. Agindo assim, ele fornece ao sociólogo um primeiro e indispensável conjunto de referências; lembra a este que a história da sociedade colonizada realizou-se em função de uma presença estrangeira, ao mesmo tempo

que mostra os diferentes aspectos assumidos por esta presença.

A maior parte dos historiadores insistiu sobre o fato de que a pacificação, o aprovisionamento, a valorização dos países colonizados foram realizados "constantemente em relação às nações ocidentais e não em vista dos interesses locais"<sup>3</sup>. Eles mostraram como a absorção da Ásia, da África e da Oceania pela Europa "transformou, pela força e por reformas freqüentemente audaciosas, a conformação da sociedade humana" em menos de um século. Eles lembraram que a exploração econômica se apóia sobre o controle político – visto que estes são os dois traços específicos do fato colonial<sup>4</sup>. Os historiadores permitem, dessa maneira, entrever até que ponto a sociedade colonizada se tornou um instrumento de uso para a nação colonial. Podemos notar uma manifestação desse caráter instrumental na política que consiste em comprometer cooptando-a, a aristocracia nativa<sup>5</sup> e, mais ainda, na política dos movimentos de população ou de recrutamento de mão-de-obra que está ligada somente às necessidades da grande economia<sup>6</sup>. Ao nos lembrar de algumas medidas "audaciosas" – deslocamento de populações e criação de "reservas", modificações do modo de povoamento, transformação do direito tradicional e das relações de autoridade, etc. – o historiador chama nossa atenção para o fato de que "a colonização foi, por vezes, realmente uma cirurgia social"<sup>7</sup>. E esta indicação, mais

3 L. Joubert, *Le Fait Colonial et ses Prolongements*, in *Le Monde non Créolien*, 15, 1950.

4 Cf. R. Kennedy, *The Colonial Crisis and the Future*, in *The Science of Man in the World Crisis*, p. 308-309.

5 Colocar a classe dirigente "nos nossos interesses", dizia Lyautey, reduzir os chefes indígenas ao papel de "simples criaturas", diz R. Kennedy.

6 Como os deslocamentos provocados a favor da *Office* da Nigéria, que produziram as mais vivas polémicas; veja o panfleto de P. Herbart, *Le Chancre du Niger*, com prefácio de André Gide, Gallimard, 1939.

7 E. Chancelé, *La Question Coloniale*, in *Critique*, nº 35, 1949.

ou menos exata segundo as regiões e os povos considerados, é de grande interesse para o sociólogo que estuda as sociedades colonizadas; ela lhe mostra que estas, num grau variável, encontram-se num *estado de crise latente*, que elas requerem numa certa medida uma sócio-patologia.

Depois de determinar esta pressão exterior que age sobre as sociedades colonizadas, o historiador nota a diversidade das reações subsequentes; aquelas dos povos do oriente, do Islão e da África negra foram frequentemente evocadas em estudos comparativos. Assim a história da África ao sul do Saara revela diferenças importantes na resistência a influência das nações europeias. O estudo histórico da colonização, depois de ter mostrado a importância do “fator externo” quanto às transformações que afetam as sociedades colonizadas, coloca a presença de um “fator interno”, implicado pelas estruturas sociais das sociedades submetidas; ele desemboca, por aí, em problemas nos quais o antropólogo encontra horizontes familiares. Mas ao fazer o quadro das diversas reações à situação colonial, ele mostra como esta última pode desempenhar o papel de um verdadeiro *revelador*. A colonização aparece como uma prova imposta a algumas sociedades ou, se podemos arriscar uma expressão, como uma experiência sociológica grosseira. Uma análise das sociedades colonizadas não pode esquecer as suas condições específicas; elas revelam não somente, como perceberam alguns antropólogos<sup>8</sup>, os processos de adaptação e de recusa, as condutas inovadoras nascidas da destruição dos modelos sociais tradicionais, mas também manifestam os “pontos de resistência” das sociedades colonizadas, as estruturas e os comportamentos fundamentais – com relação a certos aspectos elas nos fazem chegar ao ponto. Um conhecimento deste tipo possui um interesse teórico

evidente (se considerarmos a situação colonial como um fato que diz respeito à observação científica independente dos julgamentos morais que ela provoca) e uma importância prática real (sugere a partir de que dados fundamentais todo problema deve ser abordado).

O historiador, por outro lado, precisa como o sistema colonial se estabeleceu e se transformou, quais foram, segundo as circunstâncias, os diversos aspectos políticos, jurídicos e administrativos; ele nos permite também localizar as ideologias que o justificaram<sup>9</sup>. Numerosos estudos insistem sobre a acentuada distância que existe entre os princípios sucessivamente defendidos e a prática, entre a *missão civilizatória* (cuja expressão, sob uma forma particularmente enfática, remonta a Napoleão III) e a *utilidade* desejada que Eugène Étienne define em 1894 como “a soma de vantagens e de lucros que devem escoar (de todo empreendimento colonial) para a metrópole”<sup>10</sup>. H. Brunschwig evoca, na sua história da colonização francesa, a longa série de mal entendidos que a balizam. L. Joubert recorda “a discrepância que existia, a partir da adoção de fórmulas de responsabilidade civilizatória, entre a teoria e os fatos; a ruptura entre esses dois domínios, senão a hipocrisia que justificava através de princípios humanitários uma exploração pura e simples”<sup>11</sup>. Assim, a situação colonial aparece como possuidora, essencialmente, de um caráter de *inautenticidade*. R. Kennedy, no seu estudo intitulado *La Crise Coloniale et l' Avenir*, mostra como cada característica do “colonialismo” – *colour line*, dependência política e econômica, realizações “sociais” insuficientes, falta de contato entre os nativos e a “casta dominante” – se apóia sobre uma “série de racionalizações”. A saber, de

8 Cf. L. P. Mair, *The Study of Culture Contact as a Practical Problem*, in *Africa*, VII, 4, 1934.

9 Cf. J. Harmand, *Domination et Colonisation*, Flammarion, 1910, como exemplo “clássico” de justificação através das leis da natureza.

10 Citado em H. Brunschwig, *La Colonisation Française*, Calmann-Lévy, 1949.

11 Op. cit., p. 265.

modo inteiramente paralelo: a superioridade da raça branca, a incapacidade dos nativos de se autogovernarem, o despotismo dos chefes tradicionais e a tentação que teriam os líderes políticos modernos de se constituir em “corja ditatorial”, a incapacidade dos autóctones de valorizar os recursos naturais dos seus territórios, os medíocres recursos financeiros, a necessidade de manter o prestígio, etc<sup>12</sup>. O sociólogo apreende, graças à tais indicações, o quanto a sociedade colonial europeia, animada por uma doutrina incerta, cujo desenvolvimento histórico ele pode acompanhar, condenada a comportamentos inautênticos, ligada por uma imagem estereotipada do nativo, age em função dessas representações da sociedade colonizada. Destacamos, em outro lugar, a importância deste fato<sup>13</sup>; não há sociologia dos povos colonizados sem esta atenção dada às ideologias e aos comportamentos mais ou menos estereotipados que elas provocam.

O historiador nos lembra que as sociedades colonizadas são o produto de uma dupla história. Assim, no caso da África, uma propriamente africana – “essas sociedades, tão estáveis, tão imóveis em aparência, resultaram todas, ou quase todas, da combinação variada de povos diversos que a história confrontou, misturou, sobrepôs”<sup>14</sup> – que colocou em presença formas sociais homogêneas<sup>15</sup>, e a outra, largamente condicionada pela dominação europeia, “que colocou em contato formas sociais radicalmente heterogêneas”<sup>16</sup>. Um estudo concreto dessas sociedades não pode ser feito sem que as “situemos” em relação a esta dupla história. Habitualmente se reconhece que a

colonização agiu pelo jogo de três forças difíceis de separar – associadas historicamente e vividas como sendo estreitamente solidárias por parte daqueles que as sofrem<sup>17</sup> – a ação econômica, a administrativa e a missionária. Foi aliás, em função desses três termos de referência que os antropólogos habitualmente estudaram as “mudanças sociais”. Mas, a fim de caracterizar a colonização europeia e de explicar a sua aparição, alguns historiadores foram conduzidos a privilegiar um desses aspectos – o fator econômico. “O imperialismo colonial é somente uma das manifestações do imperialismo econômico”, indica Ch. A. Julien num artigo consagrado a este tema<sup>18</sup>. A história desemboca, aqui, sobre um outro ponto de vista, necessário à compreensão da situação colonial.

Foi sobre razões econômicas que a política de expansão constituiu, em parte, a sua propaganda. P. Leroy-Beaulieu, em 1874, mostrava a necessidade que a França tinha de se tornar uma potência colonial. J. Ferry escrevia em 1890: “A política colonial é filha da política industrial... a política colonial é uma manifestação internacional das leis eternas da concorrência...”<sup>19</sup>. Foi também através de razões econômicas que as nações coloniais justificaram a sua presença – o investimento e os equipamentos instalados constituindo direitos adquiridos – e foram às vantagens econômicas que elas renunciaram em último lugar, quando já aceitaram reconhecer a independência política. Algumas análises antigas do “imperialismo colonial”, revelaram, antes mesmo dos estudos de escritores marxistas, os

12 R. Kennedy, op. cit., p. 312 a 318.

13 G. Balandier, Aspects de l'Évolution Sociale chez les Fang du Gabon, in *Cah. Intern. de Soc.*, vol. IX, 1950., p.82.

14 R. Montagne, Le Bilan de l'Oeuvre Européenne au-delà des Mers, in *Peuples d'Outre Mer et civilisation occidentale*, Semaines sociales de France, 1948.

15 G. Balandier, op. cit., p. 78.

16 G. Balandier, op. cit., p. 78.

17 Cf. a polémica brochura de M. Nkwame Nkrumah, *Towards Colonial Freedom*.

18 Ch. A. Julien, Impérialisme économique et impérialisme colonial, in *Fin de l'ère coloniale*, p. 25.

19 P. Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*, 1874, 1ª ed. J. Ferry, prefácio a Le Tonkin et la Mère-Patrie, 1890.

seus mecanismos econômicos<sup>20</sup>. Além disso, os estreitos laços existentes entre o crescimento do capitalismo e a expansão colonial incitaram diversos autores a comparar a “questão colonial” e a “questão social” (e a constatar “que elas não são substancialmente diferentes”), a notar a possível identificação “dos colonizados” com o “proletariado”<sup>21</sup>. Para um marxista, esta identidade não traz nenhuma dúvida; ela justifica politicamente a ação combinada do proletariado e dos povos coloniais<sup>22</sup>.

Sem aceitar reduzir a questão colonial somente às suas manifestações econômicas, o sociólogo deve tomar com grande consideração estas indicações. Elas lhe sugerem que não são somente os contatos de uma civilização de tipo técnico e de uma civilização de tipo “primitivo”, pré-maquinista, que explicam a derrocada das sociedades colonizadas. Elas lhe lembram que sociedade colonial e sociedade colonizada se encontram dentro de certas relações (assinalamos precisamente o caráter instrumental desta relação) que implicam tensões e conflitos.

As características econômicas da situação colonial foram evocadas por alguns antropólogos ou por geógrafos especialistas em países tropicais. R. Kennedy, em seu estudo já citado, lembra os dados principais<sup>23</sup>: o insignificante equipamento industrial; a exploração em grande escala e o comércio de importação-exportação que se encontram quase exclusivamente nas mãos das “sociedades”

estrangeiras<sup>24</sup>; a “distância” entre sociedade colonial e sociedade colonizada, que explica a dificuldade do nativo “em crescer economicamente”; a pobreza das massas nativas que é acentuada pela degradação das economias tradicionais.

Entre os trabalhos de língua francesa, aqueles consagrados a Indochina permanecem particularmente preciosos. São a obra de geógrafos (fato bastante significativo desta fuga do atual que caracterizou a etnologia francesa), Ch. Robequain e P. Gourou<sup>25</sup>. Eles se concentram essencialmente sobre os problemas do campesinato. Fora a atenção inicialmente concedida aos meios técnicos (que foram pouco ou nada aperfeiçoados) eles destacam o fenômeno da decomposição da propriedade fundiária<sup>26</sup> e de “despossessão fundiária” que implica proletarização e desenraizamento. Também a constituição de uma burguesia de origem agrária que nasceu, “como o proletariado, do contato com a civilização ocidental e do enfraquecimento dos valores tradicionais”<sup>27</sup>. As observações feitas algures, quanto ao comércio e à indústria, confirmam, até uma época recente, o esquema geral proposto por R. Kennedy.

Para introduzir uma referência africana, evoquemos a situação criada na África do Sul pela minoria européia<sup>28</sup>. Ela impõe: segregação territorial, que se expressa no *Native land act* de 1913 e segregação social, legalizada pelo *Colour bar act* de 1926, que reduz

20 Cf. A. Conant, *The Economic Basis of Imperialism*, 1898, e J. A. Hobson, *Imperialism, a Study*, 1902.

21 Estudos de J. Guitton e P. Reuter, em *Peuples d'outre mer et civilisation occidentale*, notadamente p. 61 e 142. E, mais recentemente, o próprio título da obra de P. Moussa: *Les nations prolétaires*.

22 Cf. J. Stalin, *Le marxisme et la question nationale et coloniale*, ed. francesa, Paris, 1949.

23 R. Kennedy, op. cit., p. 309-311.

24 No que se refere à África de língua francesa, remetemos aos estudos capitais feitos pelo geógrafo Jean Drech.

25 Cf. notadamente Ch. Robequain, *L' évolution économique de l' Indochine française*, Paris, 1940, e P. Gourou, *L' utilisation du sol en Indochine française e Les pays tropicaux*, Paris, 1948.

26 Cf. para um estudo de conjunto consagrado a este fenômeno o pequeno livro de V. Liversage, *Land Tenure in the Colonies*, Londres, 1945.

27 Cf. Ch. Robequain, op. cit.

28 J. Borde, *Le problème ethnique dans l' union sud-africaine*, in *Cahiers d' outre mer*, n° 12, 1950.

os trabalhadores negros às tarefas do trabalho manual; participação inexpressiva dos negros na renda nacional (eles possuem somente 20% em 1950); bases raciais dadas à organização econômica que não cessa, no entanto, de incentivar o êxodo rural, provocando a “proletarização” e a “destribalização”. A situação particular – de alguma maneira caricatural – da África do Sul mostra como os aspectos econômicos, políticos e raciais estão estreitamente ligados<sup>29</sup> e como um estudo atual dos povos da União só pode ser feito considerando-se todos estes aspectos. Apreendemos assim a necessidade imperiosa de se considerar a *situação colonial* como um complexo, como uma totalidade.

Os antropólogos anglo-saxões reservaram um lugar importante para os fatos econômicos, considerados entre as principais “forças” que provocam as mudanças sociais e culturais. Monica Hunter, na sua célebre obra *Reaction to the conquest*, estuda as transformações ocorridas na sociedade Pondo (África do Sul) em função do fator econômico, em primeiro lugar, e do fator político (“que é historicamente de origem econômica independente do que possam dizer os não-marxistas”) em seguida. Mas estes estudos, já numerosos no domínio africano, foram freqüentemente conduzidos tendo como referência a economia e a organização social “primitivas”, em função das perturbações trazidas pela economia “moderna” e dos problemas consequentes. Faltou-lhes a referência à economia colonial, à situação colonial lhes faltou o sentido de uma reciprocidade de perspectivas entre sociedade colonizada e sociedade colonial. Os trabalhos inspirados por B. Malinowski apresentam estes defeitos ao máximo: ao examinar somente o resultado do “contato” entre “instituições” de mesma natureza e ao quase não ultrapassar a

simples descrição das mudanças e a enumeração dos problemas. Isto explica o interesse concedido somente aos aspectos rurais, às transformações que afetam a aldeia e a “família”, ao problema do despovoamento do campo. Nesse domínio, os antropólogos estabeleceram esquemas significativos: destruição da unidade econômica da “família”, novo domínio dos valores econômicos, emancipação das novas gerações, implantação de uma economia monetária que subverte as relações pessoais, danos às hierarquias tradicionais, etc. Em contrapartida, fenômenos importantes como os novos modos de agrupamento (incluindo os partidos políticos e os sindicatos), a aparição de classes sociais ou de pseudo-classes, a natureza e o papel do proletariado, só são evocados em termos muito gerais; e os conflitos que eles implicam são raramente analisados<sup>30</sup>.

Os antigos estudos de caráter político e administrativo concederam a estes últimos aspectos uma atenção mais minuciosa, apesar de essencialmente prática e “orientada”. As suas indicações mostram a que ponto a sociedade colonizada, tanto sob o seu aspecto urbano como sob o rural, e a sociedade colonial formam um conjunto, um sistema; e sugerem a necessidade para qualquer estudo de apenas um elemento, de referir-se ao conjunto. Eles chamam a atenção sobre os antagonismos e conflitos que só se explicam dentro do quadro da situação colonial. Além disso, a noção de “crise” encontra-se implicitamente no centro destas preocupações. Elas nos fazem encontrar,

29 Cf. W. G. Ballinger, *Race and Economics in South Africa*, 1934.

30 K. L. Little, Social change and social class in the Sierra-Leone Protectorate, in *American Journ. of Sociology*, 54, julho, 1948. Importante estudo. Foi somente numa época muito recente (depois de 1955), e sobretudo depois do acesso à independência de numerosos Estados africanos, que estes fenômenos se tornaram objeto de investigação científica; a sociologia política progride rapidamente, graças aos trabalhos de D. Apter, L. Fallers, T. Hodgkin, J. Coleman, J. Maquet, de mim mesmo e de diversos outros especialistas.

privilegiando-o, exagerando-o talvez, este aspecto patológico das sociedades colonizadas que já assinalámos.

## II- A importância dos fatos políticos e dos métodos administrativos

O abandono do empreendimento político e administrativo não pode nos fazer esquecer a importância que ele teve e ainda tem em algumas partes da África. Historiadores da colonização e antropólogos consideram a ação administrativa como uma das causas principais de transformação<sup>31</sup>. Esta ação confundiu-se, por muito tempo e em sua maior parte, com a ação econômica. A pacificação que a administração impunha, as trilhas e as estradas que abria com uma mão-de-obra prestatária serviam inicialmente aos interesses das companhias e dos fornecedores de mão-de-obra. O imposto que cobrava e que obrigava o nativo à busca de numerário, abandonava-os aos compradores de “produtos”. Os recrutamentos de mão-de-obra que efetuava, alimentava as construções e empreitadas; a regulamentação que estabelecia quanto aos salários, às condições de trabalho e quanto à circulação de homens e de mercadorias, favorecia as explorações locais. Assim a ação administrativa teve inicialmente por objetivo favorecer certo investimento, estabelecer, segundo uma expressão atualmente rejeitada, as colônias de *exploração*. Sobre este assunto ela não traz à nossa análise outros elementos além daqueles reunidos anteriormente.

Mas administrar um país colonial supõe outras formas de ação, outros empreendimentos; trata-se de controlar o país, de “tê-lo”, e o sistema administrativo se insere no próprio

coração das sociedades colonizadas. Com razão R. Delavignette escrevia: “Na verdade não podemos mais separar as sociedades nativas da administração colonial territorial”<sup>32</sup>. O aumento crescente do número de funcionários e a multiplicação dos “serviços” manifestaram a diversidade e a amplitude de tal empreendimento; é sobretudo em termos de controle político, exercido direta ou indiretamente, que esta agiu com mais força e que menos aceitou contestação. Então aparece este caráter de sociedade dominada que é significativo de toda sociedade colonizada. Uma ação deste tipo refere-se, de uma maneira mais ou menos explícita, a uma doutrina de “política indígena”; visa, segundo os termos clássicos, à assimilação, à associação (desigual) ou ao compromisso.

Certamente o conhecimento de tal contexto doutrinário permanece indispensável à compreensão das sociedades colonizadas; ele completa este estudo de ideologias que mostramos ser necessário ao considerar o ponto de vista histórico. É com relação a estas doutrinas, e às políticas que elas implicam, que reagem diferentemente povos colonizados de mesmo tipo. Somente na África ocidental, as elites negras dos territórios de colonização britânica e aquelas dos territórios de colonização francesa adotaram comportamentos diferenciais muito reveladores a esse respeito; a colonização não teve a mesma significação para estas e para aquelas. As estruturas, os contextos culturais, os tipos de vida e as maneiras de pensar resultantes da ação colonial permanecem fortemente enraizados na carne e no espírito dos países africanos; mesmo depois da independência. É na base desta constatação que B. Boganda, mestre atualmente desapare-

31 Cf. H. G. Barnett, *Anthropology in Administration*, Evanston, 1956, e, sobretudo para a África, L. P. Mair, *Studies in Applied Anthropology*, London, 1957.

32 R. Delavignette, *Les vrais chefs de l' Empire*, Gallimard, 1939, e uma edição remanejada e completada sob o título de *Service africain*, 1946. Obra rica de experiência e de compreensão. Tradução inglesa: *Freedom and Authority in French West Africa*, London, 1951.

cido da República Centrafricana, fundava o seu projeto de criação dos “Estados Unidos da África Latina”. Do mesmo modo, Sékou Touré e Nkwané Nkrumah puderam descobrir, por ocasião dos seus primeiros encontros como chefes de Estado, quantas evoluções divergentes contrariavam singularmente seus esforços de união.

Seja qual for a doutrina adotada, as relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada caracterizam a situação colonial. E os autores que concentraram sua atenção sobre este aspecto mostram que a dominação política é acompanhada de uma dominação cultural. Um deles pensa que “o problema cultural está intimamente ligado ao problema geral da evolução política e econômica”, que “a influência das culturas européias” teve como resultado “a opressão do fundo cultural” autóctone<sup>33</sup>. Tal indicação deve ser considerada com bastante atenção; ela coloca o antropólogo em guarda contra a tentação de considerar os “contatos culturais”, ou a “interpenetração das civilizações” agindo de maneira quase mecânica.

Por outro lado, insiste-se sobre o que há de arbitrário regendo a partilha entre as nações coloniais e os recortes administrativos. Estes últimos conduziram à fragmentação de importantes etnias, à quebra de unidades políticas de alguma envergadura ou à constituição de reagrupamentos artificiais. Também várias, iniciativas tomadas pelos povos colonizados aparecem como a manifestação de uma vontade de reagrupamento. Para a África negra do oeste podemos evocar: as reivindicações unitárias dos Ewé (então separados entre os dois Togo), as tentativas de federalismo tribal no sul de Camarões, o desejo mais ou menos explícito de reagrupamento manifestado pelas

igrejas negras – conhecidas pelo nome de Kimbangistas – agindo em países ba-congo (nos dois Congo e em Angola). Esta “balcanização” mantida ou criada, as inimizades ou rivalidades entre grupos étnicos mantidas ou derivadas de fins administrativos, impuseram a estes povos uma história particular cujo conhecimento é indispensável a toda análise sociológica.

O controle político só pôde efetuar-se através dos “chefes” e, numa certa medida, pela intermediação das instituições nativas. Os chefes tiveram que ser integrados no conjunto do sistema administrativo, direta ou indiretamente. Mas esta “integração” nem sempre foi fácil: seja porque a sociedade colonizada, por uma submissão inteiramente fictícia, escondesse os chefes reais por detrás de “chefes de palha”, seja porque a administração colonial, ao não penetrar na realidade do sistema político nativo, criasse “a chefia ao mesmo tempo que o chefe” ou que chamasse à chefia “um homem que jamais deveria ou poderia pretendê-la”<sup>34</sup>. Frequentemente a administração transtorna o arranjo dos poderes, cria novos chefes ou chefes investidos de poderes inteiramente novos; assim, na África ocidental de colonização francesa, o chefe de aldeia foi, em princípio, um chefe tradicional encarregado de certas tarefas administrativas, enquanto que o chefe de região se tornava um “funcionário especializado”. Dois tipos de poder (um deles nascido na história nativa, e o outro da ocupação européia) foram obrigados a *coexistir*; o primeiro submetido ao segundo; os dois sendo antagonísticos. E as relações administrativas do Gabão e do Congo, por exemplo, evocam com monotonia a falta de autoridade dos chefes administrativos ou a competição entre chefes tradicionais e administrativos. O equilíbrio político das sociedades colonizadas foi profundamente transformado. M. Fortes, nos seus estudos capitais

33 G. d' Arbousier, Les problèmes de la culture, in *Europe*, Número especial *Afrique noire*, maio-junho 1949.

34 Cf. R. Delavignette, op. cit., p. 130.

consagrados aos Tallensi de Gana, mostrou como a instalação de chefes oficiais – que se estabelecem através do papel, inicialmente oficioso, que eles detêm em matéria jurídica – deslocou o equilíbrio e alterou a originalidade de uma sociedade sem cabeça política, mas não desprovida de organização real sob a anarquia aparente. É, em parte, contra essa desfiguração política que os nacionalismos nascentes reagem. E isto explica, em parte o caráter *étnico* que eles podem ter na sua origem. O exemplo da Nigéria é, sob este aspecto, significativo: a um nacionalismo *nigeriano*, que busca a sua via, se opõem uma “tendência a ajustar as velhas fidelidades tribais a um novo quadro cujos limites parecem difíceis de fixar” e rivalidades entre “nacionalismos tribais” que se exprimem através de partidos políticos concorrentes de base étnica<sup>35</sup>.

Os estimuladores da antropologia aplicada prestaram uma atenção precisa a todos estes fatos – buscando inicialmente esta “adaptação cientificamente controlada”, definida por L. Mair. Os minuciosos estudos dos antropólogos ingleses (evocamos, em outro lugar, a importante literatura consagrada aos “sistemas políticos” e à organização social), o lugar acordado aos problemas de ordem política nos programas de pesquisa e em certas revistas especializadas, se tornaram significativos deste interesse. Os fenômenos mais recentes: crescimento dos nacionalismos e dos partidos políticos, nascimento de opiniões políticas, etc., começam a ser estudados e não somente o equipamento político tradicional. Tais problemas submetem a antropologia moderna a uma rude prova; ela se encontra, por causa de tal pesquisa, no coração da realidade social mais atual.

35 Cf. P. Mercier, Remarques sur la signification du “tribalismo” actuel en Afrique noire, in *Cah. int. de Soc.*, XXI, 1961.

### III- Contribuições da sociologia e da psicologia social.

#### Sociedade colonial e sociedade colonizada.

A partir destes primeiros dados torna-se mais fácil situar e apreciar as contribuições da sociologia e da psicologia social. Numa obra consagrada às “colônias”, E. A. Walcker chama a atenção para o fato de que estas constituem “sociedades plurais”<sup>36</sup>. Ele precisa que a “colônia” (sociedade global) “é composta, em geral, de um número de grupos mais ou menos conscientes de sua existência, freqüentemente opostos uns aos outros pela cor e que se esforçam em levar vidas diferentes nos limites de um quadro político único”. E Walcken prossegue: estes “grupos que falam línguas diferentes, têm uma alimentação diferente, têm freqüentemente ocupações diferentes que lhes são assignadas pela lei ou pelo costume, usam vestimentas diferentes... vivem em diferentes tipos de habitações, cultivam tradições diferentes, adoram diferentes deuses, têm idéias diferentes sobre o bem e o mal. Tais sociedades não são comunidades”. A estes elementos ele acrescenta uma notação útil à nossa análise observando, a propósito do *colour bar*, que ele “traduz o problema mundial das minorias em termos tropicais”. Estas observações podem fornecer um ponto de partida. O interessante não é a observação do pluralismo, mas a indicação dos seus traços específicos: a base racial dos “grupos”, a sua heterogeneidade radical, as relações antagônicas que eles mantêm e a obrigação em que se encontram de coexistir “nos limites de um quadro político único”. Por outro lado, a atenção dedicada à sociedade colonial enquanto *minoría dominante* é frutífera. H. Laurentie, por seu lado,

36 *Les colonies, passé et avenir*: capítulo intitulado “Colonies tropicales et sociétés plurales”.

num estudo de andamento essencialmente político, definiu a “colônia” como: “um país onde uma minoria européia se sobrepôs a uma minoria nativa de civilização e de comportamentos diferentes; esta minoria européia age sobre os povos autóctones com um vigor desproporcional ao seu número; ele é, se quisermos, extremamente contagiosa e, por natureza, deformante”<sup>37</sup>. Esta “minorias” ativa assenta a sua dominação sobre uma superioridade material incontestável, sobre um estado de direito estabelecido vantajosamente para ela, sobre um sistema de justificações de fundamento mais ou menos racial (e, para certos autores, como R. Maunier, o fato colonial é antes de tudo um “contato” entre raças). Ela é tanto mais reativa quanto mais ela se tenha enraizado e rebelde à fusão, quanto mais ela se sinta ameaçada pelo crescimento demográfico dos colonizados: assim, na África do Sul, onde a população branca vê “em sua situação um problema de minoria, enquanto os negros vêm na deles um problema colonial e de tutela”<sup>38</sup>; como também ocorre na Argélia, onde a minoria européia defendeu duramente seu *status*. Esta observação é preciosa; ela nos lembra justamente que esta minoria numérica não é uma minoria sociológica, ela só corre este perigo se houver um inversão da situação colonial.

Esta observação já foi feita por alguns sociólogos. L. Wirth, ao definir o que é uma minoria e estabelecendo uma tipologia das minorias, insistiu sobre este ponto. Segundo ele, “o conceito não é de ordem estatística”. Ele dá o exemplo dos negros que vivem no sul dos Estados Unidos, que são, em alguns estados, numericamente majoritários e não deixam de constituir uma minoria “estando social, política e economicamente subordinados”, a

exemplo da situação criada pela expansão colonial das nações européias que transforma os colonizadores “em grupos dominantes” e os povos de cor em “minorias”<sup>39</sup>. O volume de um grupo social não é suficiente para fazer dele uma minoria, apesar de que este “possa ter efeitos quanto ao estatuto e quanto às relações com o agrupamento dominante”. O caráter de minoria é inerente a uma certa forma de ser dentro da sociedade global, ele implica essencialmente uma relação de dominado à dominante. Encontramos esta relação constantemente ao longo da análise precedente.

O caráter de minoria (no sentido sociológico), que pertence à sociedade colonizada, mostra suficientemente como esta deve ser encarada na sua relação com os outros agrupamentos que compõem a colônia. Mas isto não indica no que a sociedade colonizada se distingue das outras minorias colocadas em situações diferentes. Um primeiro passo se impõe, determinar qual é o seu lugar na sociedade global: a “colônia”.

Se evocarmos esquematicamente os grupos colocados em cena pela situação colonial, classificando-os a partir da sociedade colonial (agrupamento dominante) até a sociedade colonizada (agrupamento submetido), podemos distinguir: a) a sociedade colonial, excluindo os “estrangeiros” de raça branca; b) os “estrangeiros” de raça branca; c) os *coloured*, conservando a expressão inglesa, que tem um sentido amplo; d) a sociedade colonizada, todos aqueles que os anglo-saxões denominam de “natives”. Distinção e hierarquia que repousam, de início, sobre critérios de raça e de nacionalidade. Elas implicam uma espécie de postulado: a excelência da raça branca e mais precisamente desta fração que é a nação colo-

37 H. Laurentie, Notes sur une philosophie de la politique coloniale française, in número especial de *Renaissances*, out., 1944.

38 J. Borde, *Le problème ethnique dans l' Union sud-africaine*, op. cit., p. 320.

39 L. Wirth, The Problem of Minority Groups, in *The science of Man in the World Crisis*, p. 347 a 372. Do mesmo autor, sobre este tema: *The Present Position of Minorities in the United States*.

nizadora; a supremacia sendo vista como fundada na história e na natureza.

Isto é apenas uma visão grosseira que exige ser completada. R. Delavignette consagrou um capítulo de sua obra ao estudo da *sociedade colonial*<sup>40</sup>. Ele lembrou alguns dos traços que a definem: sociedade de “proveniência e de ligação metropolitanas”, constituindo uma minoria numérica, de caráter burguês, animada por uma “noção de superioridade heróica” (fato que se explica, em parte, pelo maior número de homens e pela sua juventude, nas colônias ditas de enquadramento ou durante a primeira época da colonização). Trata-se sobretudo de uma sociedade que tem a função de dominar, politicamente, economicamente e espiritualmente; ela tende à dar à seus membros, segundo a fórmula de R. Delavignette, “o espírito feudal”. O fato importante é que esta *sociedade dominante* permanece uma *minoria num forte grau*: o desequilíbrio é grande entre a massa de colonizadores e a massa de colonizados. Permanece o temor, mais ou menos consciente, de ver a hierarquia se reestabelecer apenas segundo o critério das massas.

L. Wirth fez, entretanto, um julgamento bastante simplista quando afirmou que, no caso das situações coloniais, “o grupo dominante pode manter a sua posição superior fazendo simplesmente funcionar a máquina militar e administrativa”; tão enorme é a desproporção entre civilizações materiais<sup>41</sup>! Ele sequer entreviu o vigor das descolonizações em gestação. Também subestimou boa quantidade de aspectos importantes, procedimentos através dos quais o grupo dominante se torna intocável: reduzindo o contato ao mínimo (segregação), colocando-se como modelo e, ao mesmo tempo, não concedendo os meios de

sua realização (a assimilação apresentada como condição de igualdade – porque a sabemos impossível ou porque a limitamos); ideologias justificando a posição dominante; procedimentos políticos destinados a manter o desequilíbrio em favor da sociedade colonial (e da metrópole). Aspectos aos quais deve-se acrescentar a transferência, mais ou menos dirigida sobre certos agrupamentos, de sentimentos provocados pela pressão político-econômica: como ocorre, por exemplo, com os sírio-libaneses na África ocidental, com os índios na União sul-africana e com os *coloured* de uma forma mais geral. Na medida mesma em que a distância entre as civilizações tende a se reduzir, as relações das massas ganham um papel mais importante, a força já não é suficiente para manter a dominação e os meios mais indiretos também são utilizados.

A sociedade colonial não é homogênea. Ela tem as suas “facções” ou “clãs”, que são mais ou menos fechados uns para os outros, mais ou menos rivais e que possuem a sua própria política nativa. Esta sociedade é, por causa de cada um dos seus elementos, desigualmente distante da sociedade colonizada; mas a política de dominação e de prestígio *exige* que ela seja fechada e distante: o que não facilita a compreensão e impõe o recurso fácil aos “estereótipos”. O particularismo dos colonizadores “preponderantes” se exprimiu inicialmente em relação aos “estrangeiros” de raça branca. Estes constituem uma minoria no sentido pleno do termo, numérica e sociologicamente. Estes podem ter um estatuto econômico elevado, mas também estão submetidos a servidões administrativas. Eles são suspeitos em razão de sua nacionalidade e são freqüentemente cortados da “verdadeira” sociedade colonial. Na medida em que são rejeitados, se constituem em minorias nacionais e têm freqüentemente relações mais estreitas com os autóctones. Esta “familiaridade” maior, e a condição minoritária em que se encontram, explicam as reações

40 *Les vrais chefs de l' Empire*, nova edição sob o título de *Service africain*, 1946, cap. II: “La société coloniale”.

41 Op. cit., p. 353.

ambivalentes dos nativos a seu respeito: uma certa intimidade com nuances de desprezo; os ressentimentos podem cair sobre eles com uma relativa impunidade e eles permitem transferências de baixo custo.

Na escala de descrédito relativo aos agrupamentos dominados, o das *coloured* (mestiços e estrangeiros de cor) é o mais desfavorecido. Ele é tanto mais destinado ao isolamento por medidas discriminatórias, reduzido ao papel de “comunidade exótica”, quanto mais evidente vai se tornando sua importância econômica: assim, o problema do indiano na África do Sul explica-se sobretudo pelo fato de que alguns dos indianos “são ricos demais e invadem subrepticamente as posições ocupadas pelos brancos”<sup>42</sup>. A imbricação dos fatos de ordem racial e dos fatos de ordem econômica se manifesta, então, plenamente. No caso dos mestiços, o isolamento é ainda maior, em razão de seu caráter de “compromisso racial”. Eles só conseguem se reagrupar, constituir uma sociedade viável, em circunstâncias excepcionais – aquela dos “Bastardos de Rehoboth”, no antigo Sudoeste africano alemão é particularmente conhecida – e impondo-lhe um estrito fechamento. Eles são jogados, como notou A. Siegfried a propósito dos *Cape coloured*, em direção a uma raça negra com a qual não querem ser confundidos; eles visam a assimilação pela sociedade colonial que lhes permanece mais ou menos fechada, segundo circunstâncias locais, ou lhes concede um estatuto pessoal<sup>43</sup>, consagrando de uma maneira legal a sua posição particular. Embora representem um compromisso racial eles não constituem de maneira alguma um

“compromisso social”. Dificilmente podem-se ver neles um instrumento de ligação entre sociedade colonizada e sociedade colonial. A sua aliança política com a elite da sociedade colonizada não foi duradoura: assim, a *Conferência dos não-europeus* criada em 1927, na África do Sul, que tentou, tendo em vista uma ação comum, unir mestiços, indianos e bantos, não teve nenhuma ação eficaz e teve curta duração. Os *coloured* estão mais em conflito – em razão de uma melhor condição econômica e política, em razão do fator racial – do que de acordo com a sociedade colonizada; eles não podem representar o papel de líderes frente a esta última<sup>44</sup>.

A *sociedade colonizada* chama a atenção inicialmente por duas características: sua superioridade numericamente esmagadora<sup>45</sup> e a dominação radical que ela sofre. Sendo maioria numérica, ela não deixa de ser uma minoria sociológica já que, segundo a expressão de R. Maunier, “a colonização é um fato de poder” que traz consigo a perda de autonomia, uma “tutela de direito ou de fato”<sup>46</sup>. Cada um dos setores da sociedade colonial tem como função assegurar esta dominação num domínio preciso (político, econômico e, quase sempre, espiritual). A subordinação da sociedade colonizada é durante muito tempo absoluta em razão da ausência de técnica avançada, de outro poder material além do número; ela se ex-

42 Cf. A. Siegfried, *Afrique du Sud*, Armand Colin, 1949, p. 75. Também *Handbook on race relations in South Africa*, sob a direção de E. Hellmann, 1949, e J. Borde, *op. cit.*, p. 339-340.

43 Como isto foi tentado antes de 1939 nos territórios de dependência francesa: na A.O.F. (1930), em Madagascar (1934), na A.E.F. (1936), na Indochina (1938).

44 Assinalemos, no entanto, que a um certo grau de ameaça comum, o que se produziu com as decisões tomadas pelos governos sul-africanos nacionalistas, responde uma oposição mais unida.

45 Somente para a África negra, R. Delavignette dava, em 1939, as seguintes proporções quanto à população dita europeia: União Sul-africana (25%), antigo Sudoeste africano alemão (10%), Rodésia (4,5%), Angola (1%), Kênia (0,5%), Congo belga (0,2%), A.O.F. e A.E.F. (0,1%); *op. cit.*, p. 36. No que se refere estes últimos territórios, desde 1946, o crescimento europeu foi importante: de 1946 a 1951 a população “europeia” triplicou em A.E.F. e nos Camarões, e duplicou em A.O.F. e no Togo.

46 Cf. R. Maunier, *Sociologie coloniale*, p. 19, 30, 33.

pressa por um estado de direito e de fato. Ela repousa, já assinalamos isto varias vezes, sobre uma ideologia, sobre um sistema de pseudo-justificações e de racionalizações; ela tem um fundamento “racista” mais ou menos confesso, mais ou menos manifesto. A sociedade colonizada sofre a pressão de todos os grupos que constituem a “colônia”, todos têm, sob algum aspecto, uma preeminência sobre ela; e assim, ela experimenta, mais ainda, sua condição de subordinação. Para estes últimos ela é, em primeiro lugar, um instrumento criador de riqueza (já que ela só retém uma parte insignificante do lucro, a despeito do seu número). Este papel condiciona em parte as relações que ela mantém com os grupos que dela tiram os seus privilégios econômicos. Relações que não são simples, no entanto – relações de explorador à explorado, de dominante à dominado –, em razão da falta de unidade da sociedade colonizada e sobretudo do caráter radicalmente heterogêneo da cultura que ela anima.

A sociedade colonizada é *dividida etnicamente*; divisões fundadas na história nativa, mas utilizadas pelo poder colonial e complicadas pela arbitrariedade das “divisões” coloniais ou dos recortes administrativos. Elas orientam não apenas as relações de cada uma das etnias com a sociedade colonial (assim por exemplo os povos que serviram de “intermediários”, na época do comércio escravo africano e das feitorias, tentaram deslocar o seu papel do plano econômico para o político e aparecem como minorias “militantes”), mas também a sua atitude face à cultura importada (alguns grupos étnicos são mais “assimilacionistas” ou mais “tradicionalistas” que certos grupos vizinhos, em reação, ao menos em parte, contra estes). A sociedade colonizada é *dividida espiritualmente*. Divisões que podem ser anteriores à colonização européia e resultar, por exemplo, dos impulsos de conquista do Islão. Mas a colonização introduziu, em muitos lugares, a confusão religiosa,

opondo o cristianismo às religiões tradicionais e os cristãos das diversas igrejas entre eles. E citamos a esse respeito um africano de Brazzaville evocando este “estado de coisas que só tem por efeito criar uma lamentável confusão no desenvolvimento moral”. Ele acrescentava: “o negro da África, qualquer que ele seja, possui um rudimento de religião; retirá-lo, seja para o ateísmo, seja pela confusão das doutrinas religiosas importadas, é, com certeza, transformá-lo num descentrado”<sup>47</sup>. Ele até chegou a pedir ao “colonizador” que impusesse a unidade! Isto mostra o quanto estas novas divisões, acrescentadas às antigas, foram dolorosamente sentidas por alguns<sup>48</sup>. Por outro lado, a colonização suscitou outras, que poderíamos qualificar de sociais, nascidas da ação administrativa e econômica, da ação educativa: separação entre moradores da cidade e do campo, entre proletariado e burguesia, entre “elites” (ou “evoluídos”, segundo a linguagem convencional) e massas<sup>49</sup>, entre gerações. Nós as evocamos e sugerimos as suas conseqüências nos diversos momentos de nossa análise. Cada uma destas frações participa de maneira diferente na sociedade global. O contato de raças e de civilizações que a colonização impõe, não tem nem a mesma significação nem a mesmas incidências para cada uma delas – ele deve ser estudado em função desta diversidade.

A sociedade colonizada difere da sociedade colonial pela raça e pela civilização. Nestes domínios a alteridade parece absoluta: é ela que manifestou na linguagem que opôs o “primitivo” e o civilizado, o pagão e o cristão,

47 J. R. Ayouné, Occidentalisme et africanisme, in *Renaissance*, número especial, outubro 1944, p. 204.

48 Estas divisões estiveram, por vezes, na origem de verdadeiras “guerras religiosas”. Como aconteceu no reino de Ganda (Uganda) por duas vezes, de 1878 a 1888 e de 1890 a 1899.

49 Cf. Dr. L. Aujoulat, Elites et masses en pays d'outre-mer, in *Peuples d'outre-mer et civilisation occidentale*, op. cit., p. 233-272.

as civilizações técnicas e as “atrasadas”. Mais do que a situação colonial foi este fato patente – o contato entre civilizações heterogêneas e os conflitos que daí decorrem – que atraiu a atenção dos antropólogos ao longo dos últimos decênios.

### Estudo dos “contatos” entre culturas

A sistematização de tais pesquisas só foi efetuada, no entanto, tardiamente. Os primeiros estudos de B. Malinowski quanto a este problema se situam por volta de 1930 e a sua introdução ao volume *Methods of Study of Culture Contact in Africa*<sup>50</sup> é ainda posterior. É neste ensaio que se afirma, sem equívoco, a vontade de estudar as sociedades tal como elas existem (“uma sociedade nativa intacta aparecendo como uma ficção”) e de dar à “antropologia” um caráter prático. Malinowski define ali, segundo a sua própria expressão, a “situação de contato” (contact situation). Ele precisa a noção de cultura “nova”, constituída de elementos “parcialmente fundidos”, mas da qual não poderíamos dizer que é produto de uma espécie de assimilação mecânica dos elementos culturais incorporados. Ele critica tal concepção insistindo sobre o fato de que a contribuição da sociedade europeia, que controla a situação em larga medida, é “altamente seletiva”. E ele alerta para o risco de uma “abordagem unilateral”; sobre este ponto, no entanto, ele se mostra reservado e toma o cuidado de indicar que a sua intenção não é nem acusar nem fazer “uma pregação pró-nativos”.

Os fenômenos de mudança cultural poderiam ser avaliados a partir de um “ponto zero” que definiria as condições de equilíbrio

social anteriores às intervenções européias. Isto representaria uma visão ingênua, que desconhecera as influências à distância, as “discordâncias” já existentes, e que superestimaria as possibilidades de reconstrução e de interpretação do estado anterior. A referência a uma situação antiga, onde a tribo teria sido preservada de todo contato, parece perigosamente ilusória. B. Malinowski se levanta contra “a paixão de reconstrução” pseudo-histórica. A observação da realidade atual, diz ele, deve bastar<sup>51</sup> ao pesquisador engajado no estudo do *culture contact*. As instituições conservadas funcionam no novo contexto de maneira diferente do modo como o faziam no antigo contexto – o especialista ligado a tais problemas deve procurar muito mais os dados comparativos que dados históricos incertos. Encontramos aqui aquela tendência, cedo denunciada por A. Kroeber, segundo a qual o funcionalismo recusa a história. Orientação que Malinowski justificou pela falta de informações incontestáveis em número suficiente – *Ignoramus ignorabimus* – reconhecendo ao mesmo tempo que o estudo dos contatos e mudanças culturais é em certa medida uma micro-história e uma história de “curto prazo”. Esta posição doutrinária se encontra afirmada, a partir de um exame crítico que concerne a obra de dois dos seus alunos (L. Mair e M. Hunter), na sua obra *The dynamics of Culture Change*; ela aparece ali muito debilmente defendida. Num artigo severo que avalia este ensaio teórico, M. Gluckman mostrou facilmente que as idéias de Malinowski referentes à história – misturando história objetiva e história subjetiva – são confusas<sup>52</sup>. E este crítico lembra, com razão, a existência de material (documentos oficiais, livros de exploradores e de missionários, etc.) de valor assegurado,

<sup>51</sup> Exatamente: “is sufficient for all he needs to know”, *ibid*, p. 32.

<sup>52</sup> M. Gluckman, *Malinowski's Functional Analysis of Social Change, Africa*, vol. XVII. 2, abril 1947, p. 103-121.

50 Memorandum XV, *International Institute of African Languages and Cultures*, 1938.

apontando também a necessidade de recorrer às indicações que eles contêm, para compreender o nascimento de tal ou qual situação particular, o desenvolvimento de tal ou qual processo específico. Desta maneira, quando Malinowski constata que a paz colonial “apagou as antigas hostilidades tribais”<sup>53</sup>, e quando joga tal fenômeno para o passado abolido, ele se priva de um elemento indispensável para o conhecimento do presente. A ocupação européia suprimiu a expressão *militar* dos antagonismos e dos conflitos tribais, mas ela os utilizou para fins comerciais e políticos, ou acabou por provocar, ao seu encontro, uma unidade de circunstâncias. Não poderíamos apreciar de maneira válida estes dinamismos sem uma referência aos seus antecedentes.

Não podemos deixar de concordar com as críticas formuladas por M. Gluckman. Cada vez que isto se tornar possível daremos um lugar para o plano histórico. A *situação* existente no momento em que estudamos as mudanças sócio-culturais foi construída; a análise que ela requer só é frutífera se pesquisarmos os dados essenciais da história colonial local. Já evocamos este fato, mas é conveniente lembrar também o quanto a noção de *situação* é capaz de assegurar a integração dos diversos pontos de vista (inclusive o do historiador) que o atual estado das ciências sociais existe. Por outro lado, fomos colocados na presença de processos que se desenrolam num longo período: tal como o messianismo dos Ba-kongo, ativo desde 1920. Não há dúvida que o recurso à história recente se impõe em tais circunstâncias – na medida mesma em que esta mostra como o movimento renovador se organiza, responde às exigências do novo estado social e sofre variações ligadas às vicissitudes das relações entre sociedade colonial e sociedade colonizada. Finalmente, a permanência de certas

instituições só pode ser interpretada plenamente nos casos privilegiados em que o pesquisador dispõe de referências quanto ao seu funcionamento no antigo contexto social. Manifestamos este fato na nossa *Sociologie des Brazzavilles noires*, mostrando como o *Témo*, conhecido principalmente como associação de poupança, pode preencher em diferentes épocas, com uma aparente permanência formal, funções diferentes resultantes de mudanças econômicas e sociais<sup>54</sup>. Foram estes os momentos de nossa pesquisa onde se impôs o apelo aos dados de caráter histórico.

No *The Dynamics of Culture Change*, as indicações teóricas, já mencionadas, foram submetidas a um exame mais minucioso, mas a orientação inicial em nada foi modificada. A noção de “situação de contato” parece ter aí um valor operacional pequeno: falta especialmente esta referência à sociedade global que é a colônia. Na verdade, é o próprio sentido da realidade social, do campo de relações complexas que a constitui e das relações antagônicas que nela se exprimem, que se encontra em falta. Como M. Gluckman nos fez observar, o sistema conceitual elaborado pelo célebre antropólogo não serve para o reconhecimento do conflito (mais ou menos contido) enquanto atributo de toda sociedade. Gluckman escreve: “Em geral, quando negros e brancos cooperam, ele reconhece os fenômenos como “processos de contato e de mudança social”, mas em todo lugar em que eles entram em conflito, ele considera os fenômenos como distintos e não integrados”<sup>55</sup>. Estes últimos aspectos são excluídos do domínio do *culture contact*, mesmo quando os fatos obrigam Malinowski a levá-los em conta. Devemos notar o quanto tal posição teórica é geradora de erros, no caso de uma situação caracterizada pela dominação e pelas relações desiguais que ocorrem entre

53 *The dynamics of Culture Change*, New Haven, 1945, VIII, p. 84-85.

54 Cf. G. Balandier, *Sociologie des Brazzavilles noires*, Paris, A. Colin, 1955, cap. IV.

55 Estudo crítico já citado, p. 23.

colonizadores e colonizados. Percebemos então que a noção de “desajuste” ainda é concebida como um fenômeno estritamente cultural – resultante das incompatibilidades culturais que o contato cria e do ritmo das mudanças – sem que sejam considerados com atenção os conflitos subjacente de grupos ou de raças. No nosso estudo, buscaremos, ao contrário, localizar estas motivações de base e mostrar como certos fenômenos culturais – como a utilização da especificidade cultural com fins de dissimulação ou de oposição – são condicionados por tais conflitos. Adotando uma posição muito conciliadora (ele sugere que a “longo prazo os interesses dos africanos e dos europeus são convergentes”), Malinowski foi incitado a definir os problemas “de antropologia prática” com uma ingenuidade desconcertante. Ele admite, por exemplo, que as forças de mudança, se forem “sabidamente controladas, podem assegurar um desenvolvimento normal e estável”, que a boa política exige que se faça um equilíbrio entre “as coisas prometidas e as coisas dadas”, etc.<sup>56</sup> É então que ele é conduzido a minimizar fenômenos tais como os nacionalismos nascentes e as tendências à independência, as reações raciais, os primeiros movimentos sociais e a influência do marxismo. Ele revela, nas últimas linhas de *The Dynamics...* o seu receio de ser julgado como acusador da colonização britânica; e esta reserva agrava ainda mais as fraquezas de sua contribuição.

Agora é conveniente evocar a sua teoria da mudança cultural, segundo a qual três realidades distintas – a cultura africana, a cultura ocidental e aquela que nasce do contato<sup>57</sup> – estão em presença tendo cada uma “seu determinismo próprio”. Teoria a partir da qual Malinowski determinou os princípios e os “instrumentos” que ele julga mais adaptados

ao estudo. Apesar de reconhecer que estas três “ordens” culturais são interdependentes, ele estabelece um corte, descrevendo e tratando cada uma delas separadamente, que a observação dos fatos não justifica. M. Gluckman, ao criticar esta concepção, lembra com razão que a realidade cultural nova deve ser analisada em função da “situação” – que pode ter sido semelhante em outros lugares: por exemplo, em toda sociedade onde começam a operar os processos de industrialização e de urbanização – e não somente à partir das “variantes” que o contexto africano impõe. Nenhum destes pontos de vista pode ser omitido; mas vemos imediatamente que esta constatação atenua a separação radical erigida por B. Malinowski. De maneira semelhante, é impossível opôr o meio “costumeiro” ao meio “distribuído”. Entre os dois existem numerosas comunicações, múltiplas trocas e um jogo de influências recíprocas. Ao escolhermos estudar, ao mesmo tempo as “Brazzavilles negras” e as sociedades camponesas vizinhas<sup>58</sup>, é este caráter de interdependência, esta reciprocidade que quisemos manifestar. Melhor ainda, pensamos que nesta circunstância uma pesquisa unilateral teria perdido muito de sua significação<sup>59</sup>. Neste sentido, as observações paralelas, registradas em colunas paralelas, como as organiza Malinowski<sup>60</sup>, não podem de maneira alguma conduzir a uma análise em profundidade. As ligações essenciais foram evitadas.

Enfim, de maneira muito mais ampla, é o conjunto de sua teoria da cultura que é colocado à prova no momento desta pesquisa particular. A unidade destacada por sua análise da cultura é a *instituição*, que responde à necessidades fundamentais, fisiológicas e psicológi-

56 Cf. as páginas da conclusão de *The Dynamics ...*, p. 160-162.

57 *The tertium quid of contact*.

58 Neste trabalho os capítulos dedicados aos agrupamentos ba-kongo.

59 Cf. M. Gluckman, *Tribalism in modern British Central Africa*, in *Cahiers d' Études Africaines*, 1, 1960.

60 Cf. *The Dynamics...*, cap. VII, p. 73 e seg.

cas<sup>61</sup>. Conhecemos este ponto de partida, que incita o célebre antropólogo a considerar o “contato cultural” como se ele se efetuasse entre instituições de mesmo tipo. Cada instituição “ocidental” deve inicialmente “dirigir o seu impulso em direção ao seu equivalente nativo”<sup>62</sup>; é, portanto, poderíamos dizer, de uma maneira totalmente horizontal que são apreendidos os efeitos primários do contato e admite-se, por outro lado, que uma dada instituição pode ser substituída por qualquer outra que seja capaz de responder às necessidades fundamentais que a suscitaram. Ainda que Malinowski se esforça para não deixar se levar a esta redução, é em direção a esta que ele tende, particularmente quando se obstina em definir “o fator comum a toda mudança cultural”<sup>63</sup>. Esta concepção conduz a uma redução do papel das relações conflituosas (já assinalamos isso), a uma apreensão dos fenômenos de uma maneira essencialmente descritiva, a um prejuízo na análise das ligações e interações complexas que se estabelecem no campo de um sistema social submetido à mudança. Estas insuficiências são ainda mais aparentes quando Malinowski não precisa, de maneira alguma, o seu pensamento quando afirma que o contato se estabelece “entre instituições”. Será suficiente considerar o impacto entre o cristianismo e os cultos e a magia negro-africanos, para apreender todas as significações e funções que estão associadas aos messianismos banto ou às igrejas “separatistas” – inclusive as reações “nacionalistas” que lhes estão ligadas? É evidente que não. Por não ter precisado que realidade a “colônia” representa, sociedade global, e por não ter definido sem reticências a “situação” na qual ocorre o contato, e ao mesmo tempo por razões de ordem teórica, Malinowski abordou mal este problema.

Diversos trabalhos (em geral os mais polêmicos) insistiram, ao contrário, sobre o *estado de crise* que revela a maior parte das sociedades colonizadas. O que é verdadeiro na medida em que a minoria dominante se opõe às verdadeiras soluções; porque é bem evidente que no caso da sociedade colonizada, *a busca de suas normas modernas coincide com a busca de sua autonomia*. Este fato impõe ao sociólogo um método de análise de alguma maneira clínico. E mostramos, num estudo antigo, como o exame das sociedades colonizadas, pelo *viés* de suas crises específicas, permite o acesso, sob certos pontos de vista, a “uma posição privilegiada”<sup>64</sup>. Tais crises colocam em causa a quase totalidade da sociedade, tanto as instituições quanto os agrupamentos e os símbolos sociais. Os desajustamentos constituem saídas que permitem que a análise se insinue e apreenda não só os fenômenos de contato entre sociedade dominante e sociedade dependente, mas ainda permitem *compreender melhor esta última dentro de suas formas tradicionais*, ao mostrar certas fraquezas características ou certas estruturas e representações coletivas irredutíveis. Tais crises, que afetam a sociedade global no seu conjunto, constituem múltiplos pontos de vista sobre essa totalidade e sobre as relações fundamentais que ela implica<sup>65</sup>: elas facilitam aquele estudo concreto e completo já recomendado por Marcel Mauss.

64 G. Balandier, *Aspects de l'évolution sociale chez les Fang du Gabon*, I: Les implications de la "situation coloniale", *op. cit.* Igualmente os programas *radicaux* de modernização e de desenvolvimento empreendidos depois da independência são, durante um tempo, criadores de “crises” para as sociedades tradicionais que eles afetam. Eles também têm o papel de “reveladores”.

65 Monica Hunter já tinha “roçado” esta constatação. Ela escreveu: “O estudo do *culture contact* mostra claramente que a sociedade é una, e que quando um único aspecto dela é modificado, o conjunto é afetado”. *Reaction to Conquest*, p. 552. Ela se contentou com esta nota, sem buscar aprofundá-la e sem tirar dela consequências de ordem metodológica.

61 B. Malinowski, *A Scientific theory of Culture*, Chapel Hill, 1944.

62 *The Dynamics...*, p. 65.

63 *The Dynamics...*, cap. VI, p. 64 e segs.

Estas crises se manifestam, a primeira vista, *através da alteração ou desaparecimento de instituições e de grupos*. Mas a análise sociológica não poderia limitar-se somente a estes aspectos do social; é indispensável ir além e atingir, segundo a expressão de G. Gurvitch, as formas de sociabilidade<sup>66</sup>. Parece que subsistem diversas “maneiras de estar ligados”, diversas relações sociais, ainda que as estruturas no seio das quais elas funcionavam são alteradas ou destruídas, enquanto novas aparecem em função da situação colonial e das conjunturas sociais que dela resultam. Elas podem coexistir e dar às inovações concebidas pela sociedade dependente as suas características ao mesmo tempo tradicionalistas e modernistas, *ambigüidade* esta percebida por alguns observadores.

### Relações raciais e psicologia

Aludimos freqüentemente à importância das relações raciais, à coloração racial que os fatos econômicos e políticos tomam no quadro da situação colonial. Diversos autores insistem sobre o caráter inter-racial das “relações humanas em países de além-mar”, sobre o fato de que por debaixo das “causas políticas ou econômicas que opõem ainda hoje a raça branca e os homens de cor, existe quase sempre um motivo racial”, sobre o fato de que a sociedade permanece freqüentemente “inter-racial”, mesmo quando a independência nacional é conquistada<sup>67</sup>.

Já mostramos que os antropólogos coloniais se ocuparam de maneira insuficiente dos problemas raciais, e lembramos o pequeno lugar atribuído a estes últimos nos programas

de pesquisa que eles estabeleceram. O que se explica pela maior atenção dada às culturas, em detrimento das sociedades, e também, pela preocupação mais ou menos consciente de não colocar em causa os próprios fundamentos e a ideologia da sociedade colonial da qual eles participavam<sup>68</sup>. Inversamente, os trabalhos realizados nos Estados Unidos (e no Brasil) são amplamente dedicados às relações e preconceitos raciais, notadamente às relações entre negros e brancos. Estes fatos não podiam ser, neste caso, evitados porque as diferenças radicais de civilização, de língua, de religião e de costumes que entram em ação no caso da situação colonial estão aqui atenuadas e não servem nem para disfarçá-las, nem para complicá-las; porque a alteridade cultural se apaga e a identidade de direitos se afirma; porque tais fenômenos representam o que falta liquidar do passado colonial. Os trabalhos não são centrados exclusivamente sobre os comportamentos mas mostram, como sugere R. Bastide<sup>69</sup>, a ligação estabelecida entre as reações de ordem racial e aquelas de ordem cultural.

Um dos primeiros fatos significativos é a manipulação da diversidade racial pela sociedade colonial com o fim de justificar e de manter a sua dominação: a afirmação da superioridade da raça branca, que funda o dever de civilizar, a utilização dos “racismos locais” e o recurso a procedimentos que provocam ressentimentos. A topografia das cidades coloniais, a segregação que nelas se exprime, constituem de alguma maneira testemunhos materiais da importância adquirida pelo fator racial. É durante o próprio período colonial que as relações raciais se afirmam, se tornam

66 Cf. *La vocation actuelle de la sociologie*, Paris, 1950, p. 98 a 108.

67 Cf. L. Achille, *op. cit.*, p. 211 a 215.

68 Uma análise crítica extremamente forte foi feita, por M. Leiris, quando de uma conferência intitulada: *L'ethnologue devant le colonialisme*. Texto publicado em seguida na revista *Les temps modernes*.

69 Cf. R. Bastide, *Sociologie et psychanalyse*, cap. XI: “Le heurt des races, des civilisations et la psychanalyse”, Paris, 1950.

mais complexas e virulentas. A necessidade de uma perspectiva dinâmica impõe-se neste domínio; O. Mannoni observa precisamente que a “oposição entre raças não é um fenómeno primário ou espontâneo” e indica que “o racismo se constitui progressivamente através de uma evolução”. O racismo “só se torna manifesto”, e dá lugar a conflitos abertos no momento em que o colonizado “parece se emancipar de sua dependência”<sup>70</sup>.

As relações raciais e os conflitos em potencial que eles carregam, ocupam um lugar crescente à medida que a sociedade colonizada “muda”. Elas são um efeito do contato mas por sua vez elas o condicionam: “ao racismo europeu respondeu, segundo O. Mannoni, um racismo (do colonizado) induzido pelo primeiro”. Este não consegue se exprimir nas relações estabelecidas pela vida cotidiana; ele só tem duas saídas: as inovações culturais, notadamente sob a forma de seus desenvolvimentos clandestinos; as revoltas violentas que raramente atingem o grupo visado, a sociedade colonial, mas, freqüentemente atingem um substituto (como os hindus na África do Sul). Reencontramos portanto esta ligação que acabamos de assinalar, entre alguns aspectos dos contatos culturais e alguns aspectos dos contatos raciais, que se torna muito estreita pela situação colonial. É a partir desta perspectiva que convém abordar os fatos chamados de *contra-aculturação*<sup>71</sup> (reação ao mesmo tempo cultural, racial e política), os movimentos sociais tais como as “igrejas negras” e os messianismos negro-africanos, assim como as transformações e os arranjos clandestinos tra-

zidos para as instituições e grupos tradicionais. Seria igualmente necessário apreciar como estas condições conduziram seja a um reforço das particularidades étnicas, seja à fusão de grandes grupos étnicos unidos de forma mais ou menos durável pelas próprias formas de protesto. Em todos estes domínios os autores recorrem freqüentemente a noções emprestadas da psicologia social e da psicanálise – ao menos aqueles que não se limitam apenas às manifestações exteriores dos fatos de contato e prosseguem as suas investigações em profundidade<sup>72</sup>. Convém nos concentrarmos agora nas indicações tiradas da “psicologia colonial” ou da “psicologia da colonização”.

Tais disciplinas se desenvolveram pouco apesar da antigüidade relativa dos primeiros esforços: aquele de H. de Saussure, consagrado à *Psicologia da colonização francesa*<sup>73</sup>, remonta a 1899. E. G. Hardy lembrava num dos seus estudos que “nos encontramos ainda nos balbucios”<sup>74</sup>. Os antropólogos que operam em país colonizado abordaram freqüentemente o campo psicológico sem interessar-se por ele de uma maneira precisa: a noção de instituição (com a importância que ela adquire na obra de Malinowski e na dos seus discípulos), as de primitivismo e de mentalidade primitiva (que marcaram as pesquisas francesas) não orientavam de maneira alguma na direção de uma psicologia do colonizado.

Alguns autores franceses enfrentaram, no entanto, problemas desta natureza: como Émile Caillet, no seu *Essai sur la psychologie du Hora*, que data de 1924. Raoul Allier no seu estudo intitulado *La psychologie de la con-*

70 O. Mannoni, *op. cit.*, cap II: “La situation coloniale et le racisme”.

71 Recentemente (fim de 1961), manifestações acontecidas na Rodésia incitaram o abandono das vestimentas de tipo europeu, dos óculos e dos relógios já que estes são “símbolos de opressão”. Nesta região semi industrializada, foi afirmado então que a indústria seria destruída se ela aparecesse como um obstáculo ao “naionalismo banto”.

72 Cf. R. Bastide, *op. cit.*, e *Interpénétration des civilisations et psychologie des peuples*, in *Revue de psychologie des peuples*, nº 3, 3º trimestre, 1950.

73 H. de Saussure, *Psychologie de la colonisation française dans ses rapports avec les sociétés indigènes*, Paris, 1899.

74 G. Hardy, *La psychologie des populations coloniales*, in *Revue de psychologie des peuples*, nº 3, julho, 1947.

*version chez les non civilisés* analisa a influência psicológica de um dos modos de intervenção da colonização: a ação de conversão ao cristianismo. Ele coloca aí a questão do valor das conversões operadas e mostra que estas últimas acarretam uma transformação da mentalidade e que, segundo a expressão de R. Bastide, “ao aprender os conceitos cristãos ingressa-se, por isso mesmo, no interior da lógica ocidental”. É também à influência missionária que M. Leenhardt consagra um capítulo da sua obra, *Gens de la Grande-Terre*, para afirmar que ela ajuda numa tomada de consciência da personalidade e na formação do individualismo. As pesquisas de R. Maunier levavam em conta, incidentalmente, alguns fatos psicológicos; elas insistiam sobre o papel da imitação, ativa sob suas diferentes manifestações.

Um dos raros trabalhos recentes que trataram dos fatos psicológicos, exprimindo as relações entre “colono” e “colonizado” é o de O. Mannoni. Na sua *Psychologie de la colonisation*, este autor opõe a personalidade do malgaxe “típico” – caracterizada pelo “complexo de dependência” e pela fuga da responsabilidade pessoal<sup>75</sup> – à do malgaxe “evoluído” que quebrou os laços de dependência e se instala na insegurança. O. Mannoni insiste sobre os traumas que afetam a personalidade do “europeizado”; sublinha o seu aspecto algo patológico (que corresponde, ao nível das “estruturas psicológicas”, a este estado de crise que notamos ao nível das estruturas sociais), mas sem ligá-lo suficientemente ao estado social concreto (a personalidade nova dificilmente pode “situar-se” no seio das estruturas sociais formadas pela colonização); assinala a sua “duplicidade aparente” que faz pensar em “dois papéis representados e encarnados pelo mesmo ator”, assim como a ambiguidade

revelada pela necessidade de “acelerar a evolução” associada à “saúde dos tempos antigos”.

Quanto ao europeu “colonial”, este pode liquidar a sua “inferioridade” em favor do papel dominante que ele possui numa situação colonial (o que é, de alguma maneira, a vantagem psicológica que completa as suas vantagens materiais). O “colono” está, até a profundidade do seu inconsciente, ligado ao sistema colonial – e transformado por este sistema, como testemunha freqüentemente o seu sentimento de ser superior “aos europeus da metrópole”. Mannoni mostra como estes dois tipos de personalidade, o “colonial” e o “colonizado”, puderam determinar-se reciprocamente. Ele sugere como as suas transformações estão ligadas às mudanças que afetam a relação colonial – ao exprimir esta *ligação recíproca*, ele sublinha uma necessidade lembrada várias vezes no curso de nossa análise. As reservas a serem feitas sobre esta obra estimulante são numerosas, em razão do caráter de generalidade, da falta de um contexto concreto, do pressuposto de só reter uma dimensão da situação colonial; mas este empreendimento não é menos original por causa disto. Ele reconheceu e localizou um campo onde o sociólogo, ao tratar das sociedades vitimadas pela colonização, deve arriscar-se se quiser tentar uma análise significativa.

As pesquisas precisas realizadas em territórios colonizados são pouco numerosas; e elas são obra principalmente de pesquisadores anglo-saxões. Elas tratam, normalmente, de aspectos patológicos ao mesmo tempo que de fatos de “desajustamento”. Assim, quando R. Firth estabeleceu um plano de pesquisas dedicado ao oeste africano de expressão inglesa, reservou um lugar para o estudo das neuroses e das psicoses; justificou esta necessidade evocando os problemas mentais que afetam alguns camponeses transferidos para as explorações industriais, os casos de histeria e de outras afecções mentais observados na população

<sup>75</sup> D. Westermann, *Noirs et blancs en Afrique*, p. 46: “A responsabilidade pessoal é evitada tanto quanto possível”. A notação é da mesma natureza.

infantil das cidades costeiras. Do mesmo modo, I. Schapera, que listou os problemas prioritários que deveriam orientar a pesquisa antropológica no Kênia, previa o estudo dos “conflitos mentais” resultantes do “desenvolvimento excessivamente rápido do individualismo”. No mesmo sentido, A. Irving Hallowell apresentou a expansão européia como uma “fonte de ansiedade” para os povos que ela afeta; o acento é colocado sobre o caráter conflituoso do contato cultural e sobre o esforço de “readaptação” que ele impõe ao indivíduo<sup>76</sup>. Os trabalhos que os autores norte-americanos consagraram ao “homem marginal”<sup>77</sup> possuem aqui alguma utilidade; eles nos propõem, no entanto, um processo por demais calcado sobre aquele elaborado pelos estudos de “aculturação” – períodos de conflito, seguidos de ajustamento, que podem, segundo as circunstâncias, desembocar na assimilação (da cultura dita superior) ou na regressão; eles insistem sobre certos aspectos característicos: o desdobramento da personalidade, o conflito interior e as suas incitações à psicose, etc. Reencontramos aqui alguns fenômenos evocados pela análise de O. Mannoni. Esta convergência fácil, na ordem das generalidades, nos lembra que é conveniente voltar ao concreto, visualizar as “situações” particulares.

### Ciência social e descolonização

O processo de descolonização teve consequências imediatas sobre a prática científica própria à antropologia social e à sociologia das sociedades não-européias, sobre a representação clássica desta categoria de sociedades. Ele desestabilizou os hábitos, suscitou o pudor terminológico (no que se refere a qualificativos

como “arcaico”, “primitivo”, etc.) e introduziu a dúvida quanto ao alcance *atual* do empreendimento antropológico. De repente as sociedades estimadas estáticas ou congeladas na “repetição” se abriram à mudança ou à revolução; reencontraram uma história; cessaram de pertencer à ordem da passividade e dos objetos.

Esta retomada de iniciativa se expressa também no domínio da reflexão política e social; e o antropólogo, que não possui mais o monopólio da “explicação” das sociedades e das culturas tradicionais, deve enfrentar os seus primeiros críticos nativos. A obra destes últimos é freqüentemente política (como a de L. S. Senghor, que propõe uma interpretação das sociedades e das culturas africanas que sirva de base à teoria de um socialismo africano e humanista), ou polêmica (como a de A. Ly, que utiliza a crítica marxista para avaliar a situação das “massas africanas” e para procurar os meios de uma “verdadeira revolução”).

Alguns estudos recentes, provenientes de militantes ou de testemunhas do nacionalismo combativo, mostram o quanto a descolonização afeta as evoluções sociais, contribuindo freqüentemente para uma verdadeira mutação. É o caso do livro de F. Fanon dedicado à “Revolução argelina”<sup>78</sup>. Quer seja a propósito da condição da mulher e da família argelinas, ou a propósito das crenças e das formas de pensamento, F. Fanon torna manifesta “a mutação interior, a renovação das estruturas sociais e familiares”. Neste caso extremo uma situação revolucionária, resultante de uma longa luta pela independência, acelera o ritmo de transformação da antiga sociedade e acarreta o desaparecimento das condutas tradicionais. Para além destas observações, F. Fanon quis, numa última obra violenta e lírica, propôr um método de descolonização; o que o

76 A. Irving Hallowell, Sociological aspects of acculturation, in R. Linton, *op. cit.*

77 Stonequist, *The marginal man*, New York, 1937.

78 F. Fanon, *L'An V de la Révolution algérienne*, Paris, 1959.

conduz a examinar e a julgar o nacionalismo, a cultura nacional, o papel da burguesia, o lugar do partido e do líder, etc. A sociologia da descolonização desemboca aqui em uma teoria apaixonada da revolução total<sup>79</sup>.

Esta evocação simples e sumária, sugere a distância que existe entre a imagem sociológica construída pelo antropólogo “clássico” e aquela que o militante desenha. No entanto, é necessário mencionar as reorientações da pesquisa antropológica e sociológica que chegaram a uma análise mais dinâmica das sociedades tradicionais, mais preocupada com as conjunturas que as afetam. O estudo dos movimentos messiânicos, especialmente na Melanésia, acabou por trazer uma concepção menos fixista dos sistemas sociais e impôs à atenção dos antropólogos os fenômenos de rebelião “primitiva”<sup>80</sup>. Um mesmo deslocamento de interesse se produziu com relação às sociedades africanas, a partir de pesquisas dedicadas às inovações político-religiosas, proféticas ou messiânicas, às rebeliões camponesas tais como os Mau-Mau dos Kikuyu do Kênia, às primeiras manifestações do nacionalismo. Mas neste assunto, o trabalho pouco conhecido de E. Evans Pritchard – *The Sanusi of Cyrenaica* – conserva um valor exemplar; ele mostra o nascimento de um nacionalismo com forma religiosa, com eficácia unitária, no seio de tribos beduínas opostas pelos seus particularismos. Enquanto estas pesquisas progridem, um esforço paralelo é feito para inserir as noções de antagonismo, de tensão, de conflito, de ambivalência nos esquemas que servem para a interpretação dos sistemas sociais tradicionais; simbolizemos este empreendimento através de um título: *Rituals of Rebellion in South-East Africa*, de Max Gluckman<sup>81</sup>. Este duplo movimento contribui para fazer nascer a necessi-

dade de uma teoria social ao mesmo tempo mais dinâmica e mais crítica<sup>82</sup>.

#### IV- Conclusões para o estudo

Consideramos alguns fatos que os autores anglo-saxões reuniram sob as noções de “choque das civilizações” ou de “choque das raças”, mas mostramos que no caso dos povos dependentes estes choques ou contatos operaram em condições muito particulares. A este conjunto de condições demos o nome de *situação colonial*. Podemos defini-la retendo as condições mais gerais e manifestas dentre elas: a dominação imposta por uma minoria estrangeira, “racial” e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o relacionamento entre civilizações heterogêneas: uma civilização de maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã impondo-se sobre civilizações sem técnicas complexas, de economia atrasada, de ritmo lento e radicalmente “não-cristãs”; o caráter antagonico das relações que ocorrem entre as duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que está condenada a sociedade dominada; a necessidade, para manter a dominação, de recorrer não somente à “força” mas ainda a um conjunto de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados, etc. No entanto esta enumeração é insuficiente.

Preferimos, graças à visões particulares assumidas por cada um dos especialistas, apreender a situação colonial no seu conjunto e

79 F. Fanon, *Les damnés de la terre*, Paris, 1961.

80 Cf. P. Worsley, *The Trumpet Shall Sound*, London, 1957.

81 Manchester, 1954.

82 Breve revista dos trabalhos britânicos, em P. Worsley, *The Analysis of Rebellion and Revolution in Modern British Social Anthropology*, *Science and Society*, XXV, 1, 1961.

enquanto sistema. Consideramos os elementos a partir dos quais toda situação concreta pode ser descrita e compreendida, mostramos como eles estão ligados entre si e que assim toda análise de uma parte é, ao mesmo tempo, parcial. Esta *totalidade* coloca em causa os “grupos” que compõem a “sociedade global” (a colônia) assim como as representações coletivas próprias a cada um deles. Mas a situação colonial se modificou, e num ritmo cada vez mais acelerado; isto impõe portanto a necessidade *de apreendê-la historicamente*, de datá-la, de examiná-la até o momento de sua supressão.

A sociedade à qual o antropólogo está ligado participa, num grau mais ou menos importante (segundo o seu volume, seu potencial econômico, seu conservadorismo cultural, etc.), da situação colonial; ela é ou foi um dos grupos constituintes da “colônia”. E não concebemos que um estudo satisfatório desta sociedade possa ser feito sem levar em conta esta dupla realidade: a “colônia” ou sociedade global no seio da qual ela se inscreveu e a situação colonial; sobretudo quando ele tem como objeto manifesto os fatos resultantes do “contato”, os fenômenos ou processos de mudança. Quando, ao proceder de maneira unilateral, ele revela estes últimos colocando-os unicamente em relação com o fundo tradicional (ou “primitivo”), ele só pode enumerá-los e classificá-los; o mesmo acontece quando ele se limita ao estudo do “contato” entre instituições de mesma natureza (como recomenda B. Malinowski). De fato, os aspectos “modernistas” uma vez definidos só se tornam compreensíveis em relação à situação colonial; e é na direção deste reconhecimento que se encaminharam de maneira feliz alguns antropólogos (Fortes, Gluckman) considerando que, no caso da África negra colonizada, a sociedade negra e a sociedade branca participam de um mesmo conjunto, abordando a noção de

situação<sup>83</sup>. Igualmente, R. Bastide sublinhou a importância da “situação dentro da qual o processo se desenrola”, na ocasião dos seus estudos dedicados à interpenetração das civilizações. Quisemos ultrapassar o quadro destas primeiras constatações mostrando como uma situação colonial pode ser “abordada” e o que ela implica: quisemos também manifestar que todo o problema atual, de sociologia dos povos colonizados até uma data recente, não pode ser vista senão em relação a esta totalidade. A noção de “situação” se impôs a diversos especialistas das ciências sociais, quer a utilizem sob o nome de “situação social”, como faz H. Wallon, ou sob o nome de “conjuntura social particular”, como fez G. Gurvitch; a noção de “fenômeno social total” elaborada por Mauss até antecipava tais exigências<sup>84</sup>.

É significativo, no entanto, que muitos dos antropólogos que pesquisaram as sociedades colonizadas, e se dedicaram aos seus aspectos e problemas modernos, tenham evitado (geralmente de maneira inconsciente) evocar a situação concreta particular dessas sociedades. Eles se reportaram a sistemas pouco comprometedores, a “civilização ocidental” e a “civilizações primitivas”, ou se limitaram a problemas restritos para os quais sugeriram soluções de efeitos restritos. Por se recusarem à conformar-se com tal atitude, que acreditavam ser inevitável e útil apenas para a socie-

83 Cf. M. Gluckman, *Analysis of a Social Situation in Modern Zululand*, in *Bantu Studies*, vol. XIV, 1940. Também a controvérsia de Malinowski, a este respeito, em *The Dynamics of Culture Change*, p. 14 e seguintes.

84 G. Gurvitch associa, por outro lado, os três termos no prefácio que escreveu para a seção “Psychologie collective” de l' *Année sociologique*, 3ª série, 1948-1949. Do mesmo modo um psiquiatra como Karen Horney insiste no fato de que todas as neuroses, individuais ou coletivas, são explicáveis por um processo que coloca em causa *todos* os fatores pessoais e sócio-culturais; cf. Dr. Karen Horney, *The Neurotic Personality of our Time*, New York, 1937. Os exemplos poderiam ser multiplicados.

dade colonial, alguns antropólogos não aceitaram dar à sua disciplina o caráter de uma ciência “aplicada”<sup>85</sup>. Este é um fato que entra no quadro de uma crítica da observação em matéria de ciências humanas; e que sugere o importante trabalho crítico ao qual deve se entregar, previamente, o observador das sociedades afetadas pela colonização.



Qual é, sob o aspecto do conhecimento sociológico em geral, a contribuição das pesquisas cuja evolução acabamos de traçar? Os estudos orientados para o exame e a explicação das mudanças que modificam as sociedades tradicionais dependentes não nos esclarecem somente sobre o devir destas, *mas também sobre a sua estrutura e organização anteriores*. No momento das “provações” que estas sociedades tiveram que enfrentar, apreendem-se os arranjos mais ou menos vulneráveis, equilíbrios mais ou menos frágeis, modelos sociais tão valorizados que se mantêm apesar de sua inadequação à nova situação; a importância relativa dos diversos elementos constitutivos é então apreendida com maior nitidez e menos arbitrariedade. Analisando a noção de situação colonial, mostramos como as mesmas crises sofridas pelas sociedades colonizadas constituem várias saídas que nos deixam ver não somente os fenômenos de contato e de dominação, como também as antigas estruturas destas sociedades. É um ponto de vista que também escolheram os antropólogos ingleses da escola de Manchester. M. Gluckman revelou, com base na sua experiência na África do Sul e Central, que a evolução moderna se dá no sentido das fraquezas estruturais particulares desta ou daquela sociedade tradicional. Mais recentemente, V. W. Turner,

ao apresentar os resultados de sua pesquisa entre os Ndembu da Rodésia do Norte, definiu o seu método qualificando-o de “microsociologia diacrônica”; e ele se dedica ao estudo minucioso e frutífero dos “dramas sociais” modernos, reveladores das contradições e de conflitos específicos do sistema social tradicional<sup>86</sup>.

Uma abordagem dinâmica permanece indispensável sob outros aspectos. Ela ajuda a reconhecer melhor o caráter *heterogêneo* de toda sociedade que sempre revela elementos “de idade diferente” – seqüelas de sua história – que coexistem de maneira mais ou menos contraditória, mais ou menos eficaz. H. Lefebvre, traçando as “perspectivas da sociologia rural”, evidenciou a “dupla complexidade” das sociedades componesas: “complexidade horizontal” que se apreende nas estruturas “de mesma data histórica” onde “se manifestam diferenças essenciais que vão até o antagonismo”; “complexidade vertical” relativas a “coexistência de formações de idades e de datas diferentes”. As duas complexidades “se entrecruzam, se recortam, agem uma sobre a outra”; elas criam “um enredamento de fatos que somente uma boa metodologia pode deslindar”<sup>87</sup>. J. P. Sartre, evocou esta análise para formular a sua concordância com o método que ela implica – aplicável, segundo ele, “em todos os domínios da antropologia”<sup>88</sup>. Ao reconhecer esta complexidade múltipla, o estudo dinâmico das sociedades tradicionais “em transição” permite corrigir a representação simplificada de estruturas sociais consideradas com exagerada frequência sob o ângulo da “pureza”, ou do “primitivismo”.

Por outro lado, o estudo das estruturas sociais, em um contexto de mudanças numero-

86 V. W. Turner, *Schism and Continuity in an African Society*, Manchester, 1957.

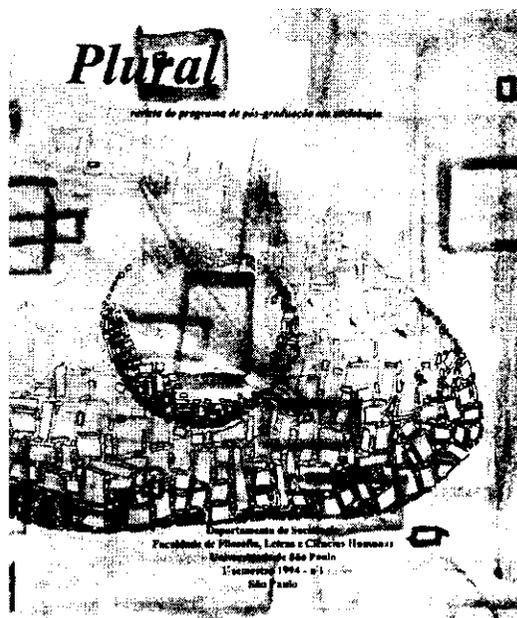
87 H. Lefebvre, Perspectives de la sociologie rurale, in *Cah. Intern. de Soc.*, XIV, Paris, 1953.

88 J. P. Sartre, Questions de méthode, *Les Temps Modernes*, 139, Paris, 1957.

85 Cf. F. M. Keesing, Applied anthropology in colonial administration, in *op. cit.*, R. Linton, ed.

sas e aceleradas, revela, com *verdadeiro efeito de aumento*, o caráter “aproximativo” de seu arranjo no seio da sociedade global. Manifesta as contradições existentes entre os diversos princípios de estruturação e de organização, assim como as distâncias existentes entre os aspectos “oficiais” da sociedade e a prática social. É, efetivamente, por ocasião de tal conjuntura que se percebem com nitidez as incompatibilidades e as discordâncias, os conflitos de interesse e os tipos de estratégia às quais podem recorrer os grupos e os indivíduos. Nos encontramos assim, na defensiva face à tendência que conduz à valorização do aspecto estático e à afirmação (implícita) da quase-perfeição das sociedades tradicionais vistas como sistemas.

Num artigo dedicado aos métodos da etnologia, F. Boas observava: “Não é suficiente saber como são as coisas, mas como elas se tornaram o que são”<sup>89</sup>. O enquadramento permanece incompleto: ele deve inscrever-se num movimento dialético que aborde também os procedimentos graças aos quais as coisas permanecem provisoriamente “o que elas são” e que revele as forças que lhes imporão novos arranjos. O estudo diacrônico e relacional das sociedades chamadas ontem de “primitivas” prepara a uma tal e necessária exigência. Ele permitirá a instauração – e é urgente – *de uma antropologia e de uma sociologia dinâmicas*.



Leia também

*Plural*

Revista do Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia da  
Universidade de  
São Paulo

Departamento de Sociologia – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315  
CEP 05508-900 São Paulo - SP

89 F. Boas, The Method of Ethnology, *American Anthropologist*, vol. 22, 1920.